



O 11 DE SETEMBRO BRASILEIRO: o dia em que a democracia golpeou a impunidade



José Reginaldo Inácio

“O dia 11 de setembro de 2025”, de fato, se torna uma data histórica para o Brasil. Não pelo horror de um ataque terrorista como o que marcou os Estados Unidos no início do milênio, mas pela construção de uma firme base para se consolidar a vitória da justiça e da democracia sobre a impunidade que sempre pairou sobre os crimes de golpe e tentativa de golpe no nosso país.

A histórica condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro e de militares por orquestrar uma tentativa de golpe é um marco. Pela primeira vez na história, aqueles que tentaram e tentam subverter a ordem democrática estão em vias de pagar por seus crimes, provando que o Brasil pode finalmente conseguir interromper com sucessivos ciclos de violência e impunidade que marcaram sua história, apinhada de tentativas de golpe bem-sucedidas que sangraram as liberdades, e penalizaram e penalizam a classe trabalhadora. A decisão da suprema corte tende a marcar uma nova fase no país, como um símbolo de resistência na proteção de sua democracia e no fortalecimento da soberania nacional.

Um recuo para o golpismo, um sopro de alívio para o país

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) demonstra uma força e independência até então poucas vezes vistas. Essa condenação envia uma mensagem clara: o golpismo e o autoritarismo podem

sofrer consequências. A impunidade do passado, que incentivou golpes anteriores, finalmente se encaminha para dar lugar à responsabilização. Isso é um alívio, e permite que o país possa se concentrar em questões que realmente impactam a vida do povo brasileiro, em especial a quem depende do trabalho para viver.

Os desafios que permanecem e a luta da classe trabalhadora

Embora a condenação de Bolsonaro e da cúpula golpista seja um passo muito importante, a luta não terminou. O que ecoa do Congresso Nacional precisa ser silenciado e combatido: anistia para golpistas e blindagem para crimes parlamentares são sinais de tempos sombrios no parlamento brasileiro e na política brasileira.

Quando o Congresso, em sua maioria parlamentar, vira matriz nacional da deslegitimação do Estado de Direito, da quebra da soberania nacional, descumpridor das leis que ele mesmo cria, temos um legislativo sem função e sem sentido na estrutura do Estado.

Diferentemente do Judiciário e do Executivo, parte significativa do Legislativo vira as costas para o Brasil. Diz não ao seu povo. Rende-se servilmente ao imperialismo estadunidense. Numa vassalagem degradada em sabujice, cuja consequência são sinais pedagógicos pífidos, repercutidos a partir do parlamento, de total negação, desrespeito e desprezo à Constituição Federal, a começar de seu 1º Artigo.

Assim, questões fundamentais que afetam a classe trabalhadora carecem de ser resolvidas. O Congresso, que em grande parte se concentra em pautas de "salvação da própria pele", intencionalmente tem ignorado temas imprescindíveis para o desenvolvimento do Brasil e a dignidade de seu povo.

É preciso que as pautas de interesse da classe trabalhadora sejam priorizadas e ganhem destaque. Entre estas:

- ⇒ *A isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$5.000, e a redução significativa para quem ganha de R\$5.000 a R\$7.500.*
- ⇒ *A taxação de grandes fortunas.*
- ⇒ *A redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1.*

A luta é por estas pautas, todas com grande repercussão nacional nos meios de comunicação e em ambientes sociolaborais. Afinal, sabemos, mais ainda nós sindicalistas, que há anos não temos pautas realmente positivas para a classe trabalhadora, sobretudo com forte apelo e apoio popular, dentro do Congresso Nacional. Razão pela qual é imperativo,

**Brasília-DF, 15 de setembro de 2025**

inadiável e irrenunciável que o movimento sindical intensifique sua mobilização e tenha nestas pautas seu dever emergencial de reorganização para que prevaleçam nas discussões políticas, inclusive para além do parlamento, e avancem como a primeira conquista histórica da classe trabalhadora no século XXI.

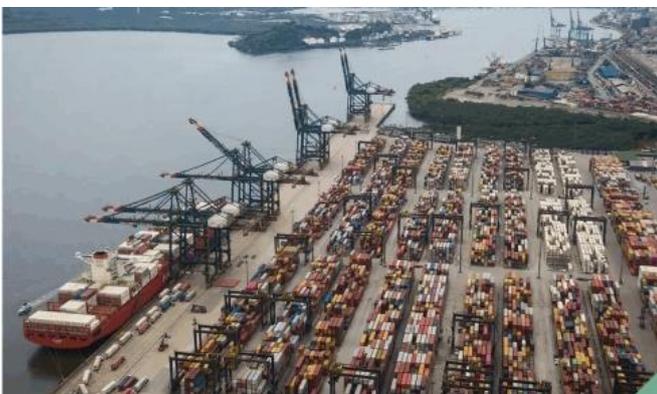
A condenação de Bolsonaro e a punição de militares podem marcar, de vez, o início de uma nova era para a democracia brasileira. No entanto, crimes hediondos, sedimentos da barbárie, do escravismo: a exploração e o extermínio de populações, dos povos originários, da fauna e da flora, todos perpetrados e acobertados pelas elites e suas representações nas estruturas dos Três Poderes permanecem impunes. São crimes incessantes que estão longe de serem só atentados à democracia plena ou à soberania de um povo. Como esquecer que em nossa democracia o crime maior do líder golpista, o genocídio pandêmico, permanece impune.

Ainda há muitas questões e desafios a serem superados para que, de fato, a democracia se realize.

Enfim, a democracia só se tornará real quando for sustentada pela soberania popular, pela justiça social e econômica, e pelo protagonismo da classe trabalhadora na construção de um país mais justo e próspero para o seu povo.

Governo divulga lista de produtos prioritários do Brasil Soberano

Programa prevê R\$ 30 bilhões do Fundo Garantidor de Exportações



© Divulgação / Porto de Santos

O governo federal divulgou nesta sexta-feira (12) a lista de produtos elegíveis ao crédito emergencial do Plano Brasil Soberano, conjunto de medidas lançado para apoiar exportadores brasileiros afetados pelas tarifas de importação impostas pelos Estados Unidos no dia 30 de julho deste ano.

A tabela de produtos afetados pelas tarifas adicionais do governo estadunidense já está disponível no [portal do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços \(MDIC\)](#).

O programa assegura R\$ 30 bilhões do Fundo Garantidor de Exportações (FGE) em crédito com juros reduzidos para empresas com pelo menos 5% do faturamento afetado. Outras empresas poderão acessar R\$ 10 bilhões via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). É preciso estar em situação regular na Receita Federal e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para acessar a linha de crédito.

Ao todo, 9.777 produtos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) terão prioridade na linha de crédito do programa brasileiro. Desse total, 9.075 serão automaticamente considerados, enquanto outros 702 exigem autodeclaração das empresas para comprovar prejuízo nas exportações.

Os financiamentos poderão ser usados para capital de giro, capital de giro para produção de bens afetados pelo tarifaço, aquisição de bens de capital e investimento para adaptação da atividade produtiva, adensamento da cadeia produtiva e em inovação tecnológica ou adaptação de produtos, serviços e processos. Os prazos variam de 5 anos a 10 anos, com carência entre 12 meses e 24 meses.

Brasil Soberano

O Plano Brasil Soberano foi lançado em 13 de agosto com medidas de apoio às empresas, aos exportadores e trabalhadores afetados pelas sobretaxas impostas pelos Estados Unidos contra os produtos brasileiros anunciadas em 30 de julho.

Fonte: Agência Brasil

Ministério do Trabalho e Emprego lança Cartilha Amarela no Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio



O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) lançou, nesta quarta-feira (10), a Cartilha Amarela, iniciativa do Setembro Amarelo que alerta para os impactos de práticas abusivas e ambientes de trabalho hostis na saúde física e mental de trabalhadores e trabalhadoras.

Segundo o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, setembro reforça a urgência de discutir a valorização da vida. Ele lembrou que, no Brasil, 45 pessoas tiram a própria vida diariamente, segundo o Atlas da Violência do IPEA, e alertou que o mundo do

**Brasília-DF, 15 de setembro de 2025**

trabalho não pode ser ignorado nesse contexto. “Condições precárias, assédio, discriminação e riscos psicossociais aumentam a vulnerabilidade de trabalhadoras e trabalhadores. É por isso que o MTE lança a Cartilha Amarela, elaborada por auditoras e auditores-fiscais do Trabalho, para orientar, prevenir e reafirmar que todo trabalho deve ser digno, seguro e livre de violências”, destacou.

Para Luiz Marinho, a Cartilha cumpre um papel essencial ao mostrar que o trabalho, que deveria ser fonte de realização e dignidade, pode também se transformar em espaço de sofrimento quando marcado por práticas abusivas. “O material orienta trabalhadores, empregadores e a sociedade sobre como prevenir e enfrentar essas práticas e reforça a importância de ambientes laborais saudáveis, que preservem a vida e a saúde mental.”

A Cartilha Amarela – Prevenção e combate ao assédio, a outras formas de violências e ao suicídio relacionado ao trabalho detalha como o assédio moral, sexual, político-eleitoral, virtual e outras práticas de violência podem gerar sofrimento, discriminação, queda de produtividade, adoecimento e até levar a situações extremas, como o suicídio. Além disso, apresenta orientações sobre direitos, canais de denúncia, estratégias de prevenção e medidas que empregadores devem adotar para assegurar ambientes de trabalho seguros, saudáveis e respeitosos.

Com a publicação, o MTE reforça que o trabalho deve ser um espaço de realização e dignidade, e não de violência ou adoecimento, e busca mobilizar empregadores, trabalhadores e a sociedade para a construção de relações laborais baseadas no respeito, na proteção à saúde e na valorização da vida.

[Acesse aqui a Cartilha Amarela](#) – Prevenção e combate ao assédio, a outras formas de violências e ao suicídio relacionado ao trabalho

Fonte: MTE

Brasil se prepara para II Conferência do Trabalho em meio a desafios



O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realizará, em março de 2026, a II Conferência Nacional do Trabalho (II CNT), treze anos após a primeira edição.

O evento ocorrerá após etapas estaduais e distrital agendadas para o segundo semestre de 2025, como parte da estratégia do Governo Federal de fortalecer a participação social e o diálogo entre trabalhadores, empregadores e poder público.

O documento-base da II CNT, divulgado pelo MTE, destaca o contexto de profundas transformações no mundo do trabalho, agravadas por transições tecnológica, digital, ecológica e demográfica. A Conferência tem como objetivo central formular diretrizes para políticas públicas que promovam trabalho decente, inclusão produtiva e transição justa, alinhadas ao desenvolvimento sustentável e à soberania nacional.

Em sua mensagem, o ministro Luiz Marinho reconhece os desafios enfrentados pelo país desde 2012, incluindo crises institucionais, polarização política e impactos econômicos. No entanto, ressalta avanços recentes, como a criação de mais de 4 milhões de empregos, a implementação do Crédito do Trabalhador – que já ultrapassou R\$ 52 bilhões em operações – e a liberação de recursos do FGTS e FAT para fomentar o desenvolvimento.

A II CNT está estruturada em dois eixos temáticos: um dedicado às transformações no mundo do trabalho frente às transições em curso, e outro focado em políticas públicas para emprego, trabalho decente e transição justa. Dentro desses eixos, serão debatidos subtemas como relações do trabalho, negociação coletiva, qualificação profissional, financiamento de políticas via fundos públicos, inclusão produtiva e combate à discriminação.

Entre os objetivos específicos da Conferência estão o fortalecimento do diálogo social tripartite, a promoção da igualdade de oportunidades, a transição da informalidade para a formalidade, a erradicação do trabalho análogo ao escravo e do trabalho infantil, e a valorização dos direitos fundamentais do trabalho.

A metodologia do evento prioriza a participação plural e o debate democrático, com base nos princípios da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A expectativa é que a II CNT produza diretrizes robustas e pactuadas para orientar as políticas nacionais de trabalho na próxima década, integrando crescimento econômico, justiça social e sustentabilidade ambiental.

A Conferência ocorre em um momento de retomada das estratégias de desenvolvimento nacional, com investimentos em infraestrutura, neindustrialização, transição energética e modernização do Estado. Seu sucesso depende da capacidade de articulação entre governos, setor privado e sociedade civil para enfrentar os complexos desafios do futuro do trabalho.

Fonte: Diap



Brasília-DF, 15 de setembro de 2025

Aprovação de Lula sobe e rejeição cai, mostra Ipsos-Ipec

Segundo o levantamento, 30% dos entrevistados avaliaram a gestão Lula como "ótima/boa", parcela que na última rodada, em junho, era de 25%

Foto: Ricardo Stuckert/PR



O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou uma melhora no índice de avaliação positiva, que avançou 5 pontos percentuais, enquanto a desaprovação recuou na mesma proporção, apontou pesquisa Ipsos-Ipec divulgada nesta quinta-feira.

Segundo o levantamento, 30% dos entrevistados avaliaram a gestão Lula como "ótima/boa", parcela que na última rodada, em junho, era de 25%. Os que avaliam o governo como "ruim" ou "péssimo" são 38% agora. Em junho, eram 43%. Aqueles que consideram o governo "regular" são 31% agora, ante 29% da última vez.

"Os números de setembro indicam um respiro importante para o governo, revertendo a tendência de alta da avaliação negativa que marcou o primeiro semestre", disse a diretora da Ipsos-Ipec, Márcia Cavallari.

"A recuperação de 5 pontos na medida positiva é estatisticamente relevante e sugere que a percepção negativa pode ter atingido seu pico em junho."

Os entrevistados também avaliaram a maneira de governar de Lula. A aprovação subiu 5 pontos percentuais, de 39%, em junho, para 44% agora. A desaprovação caiu de 55% para 51%.

Lula segue bem avaliado nas fatias do eleitorado onde tradicionalmente acumula maior popularidade. Ele se sai melhor entre quem declarou ter votado nele, entre os nordestinos, os que possuem ensino fundamental, os de renda familiar mensal de até 1 salário mínimo e os católicos.

Ele tem índices de aprovação mais baixos entre quem afirma ter votado em Jair Bolsonaro, moradores da região Sul, os com mais renda, os que votaram em branco/nulo na última eleição e aqueles com Ensino Médio, além dos evangélicos.

A pesquisa foi realizada com 2.000 pessoas em 132 cidades do Brasil entre 4 e 8 de setembro. A margem de erro é de dois pontos percentuais.

Fonte: Brasil247

1º Encontro Online da Juventude Industriária da CNTI

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA
CNTI
FILIADA À
NCST
NOVA CENTRAL

1º ENCONTRO ONLINE DA JUVENTUDE INDUSTRIÁRIA
22 de setembro de 2025
às 10h

FIM DA ESCALA 6x1

A importância da participação da juventude na atual conjuntura

JOVEM NÃO FIQUE DE FORA. FAÇA JÁ SUA INSCRIÇÃO!

SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO TRABALHO DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO - CNTI
2025

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), por meio da Secretaria para Assuntos do Trabalho da Mulher, da Juventude e do Idoso, com apoio da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), convida a juventude industriária a participar do 1º Encontro Online da Juventude Industriária.

O evento, que terá como tema "A importância da participação da juventude na atual conjuntura", será realizado no dia 22 de setembro de 2025, às 10h, de forma virtual, pela plataforma Zoom.

A atividade busca fortalecer o protagonismo da juventude no movimento sindical e estimular a organização dos jovens trabalhadores na defesa de direitos, na luta contra retrocessos e na construção de um futuro mais justo.

Jovem, não fique de fora! Faça já sua inscrição.

[CLIQUE AQUI E INSCREVA-SE](#)